

ENTRE PAI E FILHO: ANÁLISE DAS RIQUEZAS EM DUAS GERAÇÕES DE UMA FAMÍLIA DA ELITE AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA (MG) NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Natânia Silva Ferreira¹

Resumo: Varginha emancipou-se da municipalidade de Três Pontas no ano de 1882. O novo município do Sul mineiro foi formado pela cidade de Varginha e pelos distritos de Pontal e Carmo da Cachoeira. Sendo assim, o objetivo deste artigo é o de analisar a composição das riquezas de duas gerações de uma das famílias da elite agrária varginhense, bem como suas opções de investimentos. As gerações são a de um pai e um filho, ambos do distrito de Carmo da Cachoeira. O pai (Gabriel dos Reis Silva) faleceu em 1907 e, o filho (coronel Antônio Justiniano dos Reis), ao final do ano de 1918. As principais fontes utilizadas para cumprimento de tal objetivo foram inventários *post-mortem*. Foi possível notar que os investimentos de pai e filho foram parecidos na maioria das categorias de bens presentes nos inventários.

Palavras-Chave: Varginha-MG; Século XX; Elite agrária; Família dos Reis; Composição de riqueza.

BETWEEN FATHER AND SON: ANALYSIS OF THE RICHES IN TWO GENERATIONS OF A FAMILY OF THE ELITE AGRARIAN OF THE MUNICIPALITY OF VARGINHA (MG) AT THE BEGINNING OF THE 20th CENTURY

Abstract: Varginha was emancipated from the municipality of TrêsPontas in the year 1882. The new municipality of southern Minas Gerais was formed by the city of Varginha and by the districts of Pontal and Carmo da Cachoeira. Thus, the purpose of this paper is to analyze the composition of the wealth of two generations of one of Varginha agrarian elite families, as well as their investment options. The generations are the of an father and a son, both from the district of Carmo da Cachoeira. The father (Gabriel dos Reis Silva) died in 1907, and the son (Antonio Justiniano dos Reis), at the end of the year 1918. The main sources used to fulfill this objective were *postmortem* inventories. It was possible to notice that the investments of father and son were similar in the majority of the categories of goods present in the inventories.

Keywords: Varginha-MG; 20th century; Agrarian elite; Family of Reis; Wealth composition.

¹ Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Introdução

Varginha foi emancipada do município de Três Pontas ao final do século XIX, no ano de 1882, em outubro daquele ano. Dois meses depois, no dia 17 de dezembro de 1882, teve início a primeira reunião da Câmara Municipal varginhense, como pode ser conferido abaixo por meio de parte da ata daquela reunião²:

Aos dezecete dias do mez de dezembro de mil oitocentos e oitenta e dois, reunido no Paço da Camara Municipal desta Villa, a hora que pelo Senhor Presidente da municipallidade da cidade de Três Pontas Azarias Ferreira de Mesquita foi marcada para a installação e posse desta Villa os Senhores Vereadores José Maximiano Baptista, Domingos Teixeira de Carvalho, João Alves de Govêa, Franscisco de Paula e Silva, Matheus Tavares da Silva e Joaquim Antonio da Silva foi pelo dito Presidente deferido juramento na forma da Lei, aos Vereadores acima referidos, e tendo sido feita a leitura do aucto da installação e posse desta Villa (...)³.

Na época do final do século XIX e do início do século XX⁴ – que compreende o ano de emancipação de Varginha – o Brasil como um todo passava por um processo de transformações urbanas, que também ocorreu no município, embora de forma particular⁵.

² Por meio do projeto “Raízes históricas, culturais e materiais de nosso povo – a história de Minas Gerais e a história de Varginha”, os professores do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, Thiago Fontelas Rosado Gambi e Daniel do Val Cosentino – com apoio de Cláudio Henrique Martins, ex-diretor do Museu Municipal de Varginha – realizaram a digitalização das Atas da Câmara Municipal do período de 1882 até 1940. As atas referentes a esse período encontram-se no Museu Municipal da cidade. Neste texto, para as atas da Câmara, abreviação utilizada será ACMV (Ata da Câmara Municipal de Varginha).

³ ACMV, 1882, fl. 01.

⁴ Os termos “transição do século XIX para o século XX” ou “passagem do século XIX para o século XX” empregados neste artigo são referentes aos anos de 1880 a 1920. Este trabalho é parte de um grupo de pesquisas sobre a formação de cidades do Sul de Minas Gerais na transição para o novecentos. No grupo – que teve início no campus de Varginha da Universidade Federal de Alfenas no ano de 2011 – há pesquisadores que desenvolveram estudos sobre diferentes cidades do Sul de Minas Gerais, como Alfenas, Pouso Alegre e Lavras, dentre outras.

⁵ Sobre as transformações urbanas às quais o Brasil passou na transição para o século XX, cf.: SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na Formação do Capitalismo Brasileiro (1898 – 1927)*. Campinas, 2008. Tese (Doutorado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, especialmente o capítulo 5.

A partir de 1882, o município – constituído pela cidade de Varginha e os distritos de Pontal e Carmo da Cachoeira – passou a contar com uma Câmara de vereadores, formada por pessoas que apresentavam três particularidades: os grupos de vereadores da Câmara Municipal, em todos os anos em que eram renovados (por meio das eleições internas de vereadores) estavam conduzindo o processo de formação e urbanização da localidade; dentro daqueles grupos condutores, existia uma minoria com riquezas muito altas, em comparação à maioria da população local; as pessoas que mais posses detinham investiam suas riquezas, especialmente, no campo. Assim, a formação do município foi marcada pela presença de uma elite agrária.

O conceito de grupo condutor aqui empregado é o que foi desenvolvido por Raymundo Faoro, de um grupo condutor que está à frente do processo de desenvolvimento de uma localidade. Ao tratar do processo de modernização ao qual as sociedades passam, escreveu Faoro que “a modernização, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um *grupo condutor*, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes”⁶. Os grupos de vereadores da Câmara Municipal varginhense estavam conduzindo o município em seu processo de formação, por meio da criação de projetos e leis voltados para a urbanização local.

O conceito de minoria aqui utilizado é o mesmo da ótica de Celso Furtado. Ao tratar de modernização nos países subdesenvolvidos, o autor escreveu sobre modernização de padrões de consumo: uma minoria – por possuir rendas (e/ou riquezas) significativamente maiores que as da grande maioria da população – tem condições de absorver padrões de consumo diferenciados, de famílias de rendas (e/ou riquezas) médias e altas dos países centrais. Essa minoria também está à frente do processo de formação das sociedades⁷. A minoria populacional de Varginha era aquela que possuía

⁶ FAORO, Raymundo. A Questão Nacional: A Modernização. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. 14, pp. 7-22, jan. /abr. 1992, p. 08, grifos nossos.

⁷ FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

riqueza bastante superior à da maioria da população e, dessa forma, podia diversificar seu patrimônio.

Os conceitos de grupo condutor e minoria aqui empregados, portanto, possuem estreita ligação: os vereadores que atuavam na Câmara Municipal e conduziam a formação e urbanização do município, ao mesmo tempo, formavam (embora não todos) a minoria populacional que possuía riquezas altas.

Considerando a elite varginhenseda transição do século XIX para o século XX, o objetivo deste texto é o de analisar a constituição das riquezas de duas gerações (de pai e filho) de uma das famílias que a compunham, bem como suas opções de investimentos. As principais fontes utilizadas para cumprimento de tal objetivo foram inventários *post-mortem* de pai e filho⁸. O pai em questão é Gabriel dos Reis Silva e, o filho, o coronel Antônio Justiniano dos Reis. O pai faleceu em 1907 e, o filho, ao final do ano de 1918. A família dos Reis era de um dos distritos pertencentes à Varginha, o de Carmo da Cachoeira, que foi emancipado em 1938; Antônio Justiniano dos Reis era a pessoa mais rica do distrito, considerando o valor de sua riqueza. Por meio dos inventários *post-mortem* de pai e filho, foi feita uma análise das riquezas de ambos, com comparações sobre o investimento de cada uma das personagens nas diferentes categorias de bens presentes nos inventários.

Para o cumprimento do objetivo exposto acima, este artigo conta com cinco seções, além desta introdução. Na seção dois foi feita descrição sobre a formação do município de Varginha entre o fim do século XIX e início do século XX; a terceira seção abordou determinados estudos de famílias por meio de inventários *post-mortem*, ou seja, foi destacada a importância destas fontes para os estudos de famílias ao longo do tempo, especialmente nos séculos XIX e XX; na seção quatro o foco foi na explicação do critério de definição de elite agrária utilizado neste texto; o principal objetivo da seção cinco foi a análise das riquezas das personagens principais deste trabalho, pai e filho, Gabriel

⁸ Os inventários *post-mortem* do município varginhense da transição para o século XX estão presentes no Arquivo do Judiciário da Comarca de Varginha (AJCV).

Entre pai e filho: análise das riquezas em duas gerações de uma família da elite agrária do município de Varginha (MG) no início do século XX

| Natânia Silva Ferreira

dos Reis Silva e o coronel Antônio Justiniano dos Reis; a seção seis, por fim, traz as considerações finais.

Constituição e emancipação do município de Varginha: entre o final do século XIX e o início do século XX

Em meio às transformações sociais e urbanas às quais o Brasil passou na transição para o século XX, o Sul de Minas Gerais recebeu influências da cafeicultura, especialmente, depois da primeira década do novecentos.

O Sul de Minas Gerais tornou-se uma divisão administrativa da província em 1789, com a paróquia de Campanha da Princesa⁹. Localizado primeiramente na Comarca do Rio das Mortes, o município de Campanha se tornou a sede da Comarca do Rio Sapucaí a partir de 1833, tendo suas fronteiras delimitadas ao norte pelo Rio Grande e ao sul e sudeste pela serra da Mantiqueira¹⁰.

Entre o final do século XIX e o início do XX, novos municípios foram se formando:

(...) juntamente à ampliação da população (...) era nítido o crescimento do número de cidades. Alfenas, Boa Esperança, Três Corações e Varginha, por exemplo, faziam parte de uma primeira fase de emancipação de municípios, entre as décadas de 1860 e 1880, como resultado da introdução do café na região¹¹.

⁹ Antes disso, ainda na economia do ouro, o Sul de Minas apresentava importância como rota de comércio e produtor de gêneros de abastecimento para outras regiões, como a corte: “a cidade do Rio representava o principal mercado de consumo do país (...). O abastecimento desse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas”. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963, pp. 114-115.

¹⁰ A Comarca do Rio das Mortes havia sido emancipada da área mineradora central, com a fundação de sua sede em São João D’El Rey no ano de 1713.

¹¹ SAES, Alexandre Macchione; COSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Sul de Minas em Transição: opção por uma regionalização como ponto de partida. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Orgs.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012. P. 13- 36, (p. 31).

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

O mapa abaixo mostra a localização atual de Varginha e do Sul de Minas Gerais no Estado; ainda, os Estados que se situam próximos da região sul-mineira:

Mapa 1. A localização de Varginha no Sul de Minas Gerais e a localização da região sul-mineira no Estado



Disponível em: http://www.gslogistica.com.br/?page_id=16. Acesso em 12/01/2017
No quadro em destaque, onde se lê MS, leia-se GO.

A formação da Câmara Municipal de Varginha ocorreu ao final do ano de 1882, porém, claramente, num período bem anterior ao do fim do século XIX, as terras que mais tarde abrigariam o município já eram povoadas.

Anos antes de 1806, o casal Francisco Alves da Silva e Tereza Clara Rosa da Silva adquiriu as terras onde mais tarde se localizaria Varginha. O casal vendeu essas terras ao alferes Manoel Francisco de Oliveira no ano de 1806 e, posteriormente, elas foram doadas à diocese de Campanha¹².

Affonso Ávila afirmou que o povoado surgiu em fins do século XVIII, por volta de 1785, e se encontrava no meio do caminho que ligava a Vila de

¹² SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Editora Sul Mineira, 2003.

Campanha ao Sertão de Três Pontas. A exemplo da tradição observada em grande parte dos povoados mineiros surgidos no século XIX, à área inicial de Varginha compreendia cerca de 48 alqueires, que correspondiam às terras doadas para a diocese de Campanha para a construção da capela de Espírito Santo de Catanduvas¹³.

Entre 1785 e 1820 foram construídas no local cerca de seis casas de telhas. No ano de 1824, o arraial contava com cerca de 1.550 habitantes, distribuídos pelas fazendas já formadas ou ainda em formação¹⁴. Pela Lei nº 471, de 01 de junho de 1850, o antigo curato do Espírito Santo da Varginha transformou-se em freguesia, sendo subordinada ao município de Três Pontas¹⁵.

Com o passar dos anos, o espaço onde se localizaria Varginha somava elementos importantes para sua formação enquanto município e para a evolução de seu processo de urbanização. Mas – e o que parece ser comum na formação inicial da maioria das cidades não planejadas, que crescem naturalmente – apesar de um primitivo processo de urbanização estar em curso, as pessoas se concentraram, sobretudo, no campo, durante muitos anos¹⁶. Se formava, entretanto, uma economia urbana, de forma que o espaço rural não viveria isolado do urbano, e este passava a influenciar o campo. Com esse movimento, a economia de Varginha se fortalecia e o número de

¹³ ÁVILA, Affonso. Varginha: formação e evolução. *Fund. J. P.*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul./ago., 1983, p. 02.

¹⁴ *Ibidem*, p. 08.

¹⁵ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884* – Município do Espírito-Santo da Varginha. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, p. 182.

¹⁶ Foi a partir de 1940 que passou a ocorrer maior concentração de pessoas no espaço urbano de Varginha, duas décadas antes de ter ocorrido no cenário nacional. É importante destacar que o município situa-se no Sudeste do país, próximo de cidades como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, em que a passagem das pessoas do campo para as cidades ocorreu mais cedo que em lugares como o Nordeste do Brasil, por exemplo. Sendo assim, no Sudeste, o peso da população urbana pode ter sido maior que o peso da população rural logo em meados do século XX, tendo esse fato refletido sobre Varginha. No Brasil, de forma geral, houve maior número de pessoas nas áreas urbanas em relação às rurais na década de 1960. (Fonte: IBGE - Censo Demográfico, Minas Gerais, 1940 a 1980).

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

habitantes do município aumentava, como nos mostra a tabela 1 descrita abaixo:

Tabela 1. Número de habitantes do município de Varginha (1890-1920)

ANO	POPULAÇÃO
1890	24.819
1900	29.322
1907	31.417
1908	31.728
1909	32.042
1910	32.359
1911	32.690
1912	20.690 ¹⁷
1913	21.029
1914	21.237
1915	21.447
1916	21.659
1917	21.874
1918	22.080
1919	22.309
1920	22.457

Fonte: LEFORT, 1950, p. 130-131 apud Sales, 2003, p. 58.

Dentre as principais atividades do município entre o final do século XIX e o início do século XX, destacava-se a do café que, segundo o memorialista José Lefort, foi introduzida no município por volta de 1870, certamente para consumo local dos moradores¹⁸. Mas movimentação que a cafeicultura levou para Varginha ocorreu também a uma inovação para a época: a chegada da estrada de ferro. No ano de 1892 foi inaugurada em Varginha a estrada de ferro Muzambinho.

Sales afirmou que, sem dúvida, a passagem da ferrovia por Varginha contribuiu de forma muito relevante para o desenvolvimento comercial não apenas da cidade, mas também da região sul-mineira como um todo. No

¹⁷Até 1911, o município de Varginha era formado pelas populações da cidade e de seus dois distritos. Após aquele ano, Pontal foi emancipada, dando origem à cidade de Eloy Mendes (atual Elói Mendes).

¹⁸ LEFORT, José do Patrocínio, 1950 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 283.

Entre pai e filho: análise das riquezas em duas gerações de uma família da elite agrária do município de Varginha (MG) no início do século XX

| Natânia Silva Ferreira

entanto, o autor escreveu que a inovação não foi recebida com o merecido entusiasmo pela imprensa. No dia 30 de maio de 1892, a coluna “Várias Notícias” do Minas Gerais, órgão oficial dos poderes do Estado, mencionou a seguinte frase, de acordo com Sales: “Foi inaugurada a Estação da Varginha, da Companhia Muzambinho”¹⁹.

De certa forma, o café esteve ligado às primeiras atividades econômicas municipais, sobretudo depois do começo do século XX. É possível destacar a relação entre café e comércio porque na cidade de Varginha existiam estabelecimentos destinados à sua comercialização; mas especialmente, uma relação entre café e a ferrovia: em 1913, por exemplo, o município de Varginha exportava uma média anual de 400 mil arrobas de café²⁰; em 1918, a média de exportações de café que passavam pela estação local da Estrada de Ferro Muzambinho chegou a atingir 200 mil sacas, sendo 125 mil dessas sacas produzidas na cidade de Varginha, mas incluída a produção de Carmo da Cachoeira, que ainda não havia se emancipado. As 75 mil sacas restantes eram de municípios vizinhos²¹. Em 1920, Varginha já contava com 113 estabelecimentos de beneficiar café, “tendo eles produzido 23.916 quintais, nos seus 4.394.000 pés de café”²².

A movimentação à qual passava a economia varginhense no início do século XX demandou também as instituições bancárias. Em 1915 foi inaugurada uma agência do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Geraes e antes disso, em 1912, havia sido inaugurada uma agência do Banco do Brasil. As duas agências “luxuosamente instaladas em prédios próprios”, facilitavam a

¹⁹ SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 180.

²⁰ Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios no Estado de Minas Geraes, inspecionados de 9 de Abril de 1910 a 30 de Novembro de 1913 – Serviço de inspeção e defesa agrícola de Minas Gerais (Ministério da Agricultura, Industria e Commercio). Rio de Janeiro: Typografia do Serviço de Estatística, 1913, p. 505.

²¹ A emancipação de Carmo da Cachoeira ocorreu em 1938.

²² LEFORT, José do Patrocínio, 1950 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 285.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

circulação monetária, gerando lucros para seus usuários²³.Claramente, realizavam apenas operações mais simples, como depósitos.

Tem-se, portanto, um panorama da formação inicial do município, considerando os anos finais do século XIX e os iniciais do século XX.

Contudo, a história de Varginha guardava maiores especificidades, como aquelas que foram possíveis de ser compreendidas por meio do conjunto de inventários *post-mortem* disponíveis para o período de 1882 até 1920. Por meio dos inventários, foi possível constatar a existência de famílias da elite que marcaram a formação municipal.

Antes de chegarmos à seção sobre as especificidades de Varginha por meio desse grupo de fontes, porém, será apresentado sucinto levantamento de estudos de famílias que se embasaram nos inventários *post-mortem* para suas conclusões.

Estudos de famílias: os inventários *post-mortem* como fontes de pesquisa

Os inventários *post-mortem* são documentos que detalham a composição do patrimônio de pessoas específicas (aquelas que possuíam posses e condições de realizar um inventário) depois de seu falecimento, e informam sobre como ocorrerá a divisão da herança entre os herdeiros. Assim, esses documentos mostram a soma da riqueza (ou monte-mor) que uma pessoa possuía até a data de sua morte.

Todavia, é preciso mencionar que tais fontes, apesar importantes para a História, apresentam algumas limitações que devem ser citadas²⁴.

Os inventários retratam o patrimônio de uma pessoa no momento de seu falecimento, mas essa riqueza foi constituída, geralmente, durante a vida do inventariado, e pode ter sido esforço de seu próprio trabalho ou também parte

²³ FONSECA, Sylvestre& LIBERAL, João 1920 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 281.

²⁴ Sobre as possibilidades de utilização e limitações dos inventários *post-mortem*, cf.: FURTADO, Júlia Ferreira. Testamentos e Inventários – A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2015, P. 93-118.

de uma herança que foi recebida de seus ancestrais. Portanto, a riqueza que está presente no inventário foi constituída alguns dez, vinte ou trinta anos antes da morte da personagem: as mobílias de dentro das casas, os animais, os bens imóveis, as dívidas contraídas, são bens adquiridos ao longo do tempo. Todavia não é possível, com esses documentos, reconstituir a trajetória de vida de uma pessoa, pois o monte-mor é uma riqueza do momento em que o inventariado faleceu. Ainda, os inventários são documentos que retratam a estrutura de riqueza de apenas fração de uma sociedade, ou seja, parte das pessoas que possuíam condições para a realização de um inventário de bens.

Segundo Luciana Suarez Lopes, em pesquisa sobre Ribeirão Preto e São Simão (localidades de São Paulo), embasada em inventários de tais localidades:

(...) sua elaboração [a dos inventários] não era obrigatória, sendo estes abertos apenas quando os falecidos deixavam bens suficientes e/ou herdeiros menores. Normalmente, a existência de bens imóveis era suficiente para a abertura dos autos, mas foram encontrados, em algumas localidades do oeste paulista oitocentista, casos em que o patrimônio era formado, por exemplo, por apenas dois cavalos ou por somente bens móveis. Nessas situações, a partilha formal não foi feita, para que as custas judiciais não comprometessem ainda mais a herança dos herdeiros”²⁵.

No caso de estudos sobre riquezas com base nos inventários, pesquisa de Agnaldo Valentin, José Flávio Motta e Iraci del Nero da Costa demonstrou que são necessários alguns cuidados: o primeiro cuidado “diz respeito à distinção entre riqueza bruta e riqueza líquida”; o segundo “decorre da consideração dos valores da riqueza líquida, especificamente quando esta apresenta valores negativos”; finalmente, os autores afirmaram que é preciso que os pesquisadores se esforcem “na busca de um entendimento mais amplo

²⁵LOPES, Luciana Suarez. Relato de pesquisa: a utilização dos inventários *post-mortem* como fonte de dados. *Informações Fipe – Economia & História: relatos de pesquisa*, pp. 53-55, julho/2015, p. 54.

da medida de riqueza obtida com base nos inventários”²⁶. De acordo com os autores:

Um problema a ser enfrentado refere-se à classificação dos itens avaliados segundo os grupos de bens. Nesse campo, o pesquisador geralmente vê-se dividido entre a manutenção da própria categorização proposta no documento original – meritória por reproduzir a percepção coeva do significado destes objetos – e uma ordenação pragmática, que permita, com base na visão do historiador hodierno, o devido destaque de um conjunto de bens considerado pelo aludido historiador fundamental para o processo de acumulação de riqueza. Outro aspecto que merece igual esforço de análise reside no acompanhamento da acumulação de riqueza entre gerações, caso em que as medidas de riqueza bruta a líquida claramente não se aplicam²⁷.

Embora haja limitações, não obstante, “(...) acredita-se que essas particularidades [citadas acima] não diminuem em nada o potencial desses documentos como fontes de dados. O mais importante é reconhecer as limitações da fonte e trabalhar de forma consciente com as informações”²⁸.

Inventários têm sido utilizados por serem fontes de pesquisas sobre estrutura de riqueza; informam dados sobre o endividamento de uma sociedade, por meio de informações extraídas das dívidas; servem para o entendimento da composição de famílias; e, possuem informações importantes para estudiosos da escravidão²⁹. Sobre estudos de famílias, estes documentos

²⁶VALENTIM, Agnaldo; MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. Distribuição e concentração da riqueza com base em inventários *post mortem* na presença de casos de riqueza líquida negativa. *História (São Paulo)*, v.32, n.2, pp.139-162, jul./dez., 2013, p. 157.

²⁷ Ibidem, pp. 157-158.

²⁸LOPES, Luciana Suarez. Relato de pesquisa: a utilização dos inventários *post-mortem* como fonte de dados. *Informações Fipe-Economia & História: relatos de pesquisa*, pp. 53-55, julho/2015, p. 54.

²⁹ Dentre os inúmeros trabalhos que partem de inventários, cf.: MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza* – São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hucitec, 1985; VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. São Paulo, 2015. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; FERREIRA, Natânia Silva. *Elite Agrária e processo de Urbanização: o município de Varginha-MG (1882-1920)*. São Paulo, 2017. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

foram utilizados por diversos pesquisadores da História Social e da História Econômica.

José Flávio Motta, ao trabalhar com famílias escravas de um plantel de cativos de Apiaí (interior de São Paulo), sobretudo do primeiro quartel dos oitocentos, utilizou, dentre outras fontes, inventários *post-mortem* para auxiliar na compreensão da relevância, duração e estabilidade das relações de famílias dos escravos do plantel em questão³⁰.

Cláudia Eliane Marques Martinez fez um estudo para o Vale de Paraopeba (Minas Gerais) mostrando a mudança na diversificação da riqueza contida nos inventários *post-mortem* nos períodos pré e pós abolição da escravidão: o patrimônio das famílias estudadas passou por alterações significativas do período pré (1850-1888) para o pós (1888-1914) abolição³¹. O não investimento na categoria de escravos implicava numa reorganização da riqueza aplicada nas demais categorias.

Gláucia Giovana Lixinski Külzer desenvolveu o trabalho de analisar um grupo da elite regional do município de Santa Maria da Boca do Monte (Rio Grande do Sul) entre os anos de 1858 e 1889. Sendo sua principal fonte de pesquisa os inventários *post-mortem*, a autora investigou trajetórias de uma das famílias do município averiguado, a fim de compreender “a mobilidade espacial como estratégia familiar, a formação do patrimônio, o processo de acumulação de capital, o acesso a propriedade da terra em um momento de expansão da fronteira agrária e a transmissão do patrimônio”³².

³⁰ MOTTA, José Flávio. Demografia histórica, família escrava e historiografia: relações familiares em um plantel de escravos de Apiaí (SP). In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA / 5ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. São Paulo, SP. (cdrom). ABPHE – FEA/USP, 2001.

³¹ MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. Família, Riqueza e Organização da Estrutura Doméstica: Vale do Paraopeba/MG, 1850 a 1914. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais do evento. Caxambu, MG: ABEP, 20-24 de setembro de 2004.

³² KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. São Leopoldo, 2009. Dissertação (Mestrado em História, área de concentração Estudos Históricos Latino-Americanos) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio Sinos, p. 20.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

Paulo Roberto de Oliveira, ao estudar o comércio que se estabeleceu entre Goiás e São Paulo no período da Primeira República, utilizou, dentre outras fontes, de inventários *post-mortem*. Nas palavras do autor: “As relações familiares de Rosa Maria auxiliam no entendimento de seu papel em meio a este circuito de comércio (...). O fornecimento de crédito apareceu com destaque no processo de inventário de seus bens”³³.

As descrições citadas acima englobam quatro casos sobre o interior do Brasil, em contextos históricos diferentes: o primeiro refere-se a um período que envolve parte da escravidão; o segundo estudo contempla os períodos pré e pós abolição; o terceiro caso diz respeito a segunda metade do século XIX; finalmente, o quarto caso contempla a Primeira República.

Os exemplos sobre estudos de famílias com base em inventários descritos acima, portanto, englobaram realidades específicas do interior do Brasil. Todavia, é preciso ressaltar que os estudos sobre famílias que se embasaram em inventários *post-mortem* como principais fontes de pesquisa se voltaram, principalmente, para as relações de famílias escravas³⁴.

No caso deste artigo, o objetivo é o de compreender a composição das riquezas de pai e filho – membros da família dos Reis do município de Varginha, no início do século XX – assim como suas opções de investimentos. Por meio de inventários *post-mortem* de ambos, foram feitas comparações sobre a diversificação das riquezas de cada uma das personagens nas diferentes categorias de bens presentes nos inventários.

Foram divididos os grupos de bens presentes nos inventários *post-mortem* de Varginha nas seguintes categorias: móveis; imóveis rurais; imóveis

³³ OLIVEIRA, Paulo Roberto de. *Um caminho voltado para dentro: o circuito goiano e o comércio entre Goiás e São Paulo na Primeira República*. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 205.

³⁴ Como exemplos, podem ser citados: TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, 1850-1888*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; CUNHA, Máisa Faleiros da. Fontes Documentais para o estudo da População e da Família Escrava: Franca-SP, século XIX. *MEDIAÇÕES*, Londrina, v. 18, n. 1, pp. 206-225, jan./jun. 2013.

urbanos; culturas e mantimentos; animais; escravos; dinheiro; dívidas ativas; e dívidas passivas.

Com base numa amostra de 275 inventários para o município entre os anos de 1882 e 1920, foi elaborada uma definição de elite considerando também os conceitos de grupo condutor de Faoro e de minoria de Celso Furtado; foram levados em conta estudos já realizados; e também ponderadas as especificidades do município de Varginha na transição do século XIX para o século XX.

Elite Agrária: a definição da expressão

Elite, no caso deste artigo, primeiramente, é o grupo condutor a que se referiu Faoro. O grupo político que conduz uma sociedade em seu processo de formação, também beneficiando-se. Depois, elite também é a minoria de Celso Furtado, a minoria populacional que, na transição do século XIX para o século XX, poderia diversificar sua riqueza, dado seu alto valor.

Assim, considerando as especificidades de Varginha, a elite possuía três características básicas: a elite conduzia o município em seu processo de urbanização; a elite tinha condições de diversificar sua riqueza, já que era alta em comparação com a maioria da população do município; por fim, a elite, ainda que diversificasse seu patrimônio, aplicava a maior parte nos imóveis rurais, portanto, a elite era agrária.

Na História Econômica são conhecidos alguns critérios para definição de elite. Para o caso de trabalhos sul-mineiros do período da escravidão, um dos critérios utilizados costuma ser o de Renato Leite Marcondes e Marcos Ferreira de Andrade, que trabalharam com a primeira metade do século XIX. Embora Renato Leite Marcondes tenha analisado a gestação da cafeicultura no Vale do Paraíba e Marcos Ferreira de Andrade tenha se concentrado no Sul de Minas

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

Gerais, os dois autores definiram elite escravista como os senhores que possuíam 20 ou mais cativos em suas propriedades³⁵.

Alexandre Macchione Saes e Antoniel Avelino Filho, ao tratarem do fim da escravidão em Campanha e Pouso Alegre, definiram elite por critério exclusivamente econômico-financeiro: somaram todo o patrimônio dos inventários que possuíam e dividiram o valor total encontrado em três partes; a elite foi constituída pelos inventariados que, dadas as maiores fortunas e tendo suas riquezas somadas entre si, o valor da soma correspondia à terça parte do total. Os autores não utilizaram o critério definido por Renato Leite Marcondes e Marcos Ferreira de Andrade porque trataram de uma época em que os escravos estavam perdendo valor monetário, já que aproximava-se o fim da escravidão³⁶.

Com critério diferente para definição de elite, Piketty escreveu que:

Na realidade, toda representação da desigualdade fundamentada num pequeno número de categorias está fadada a ser esquemática e imprecisa, já que a realidade social subjacente é sempre de uma distribuição contínua. Em todos os níveis de renda e de riqueza, há sempre um número de pessoas de carne e osso, cujas características e importância numérica variam de forma lenta e progressiva em função da estrutura da distribuição em uma dada sociedade. Não há rupturas descontínuas entre as diferentes classes sociais, entre o mundo do “povo” e o das “elites”³⁷.

Por isso, o autor trabalhou com conceitos estatísticos de décimos (os 10% mais ricos, os 40% do meio, os 50% da base). Organizando a sociedade em faixas, seria possível fazer comparações no tempo e no espaço sem deixar

³⁵ MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: vale do Paraíba, século XIX*. Lorena/SP: Editora Stiliano, 1988, pp. 89-91; ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elite escravista no sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza – século XIX. In: XIV SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Diamantina. Anais do evento. Cedeplar, 2010, p. 58.

³⁶ SAES, Alexandre Macchione; AVELINO FILHO, Antoniel. Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. *Cultura Histórica & Patrimônio*, vol. 1, n. 1, p. 65-90, 2012, p. 84, nota de rodapé número 29.

³⁷ PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda, 2013, p. 323.

de lado as complexidades específicas dos povos e, principalmente, o caráter contínuo da desigualdade social³⁸.

No caso de Varginha, a definição de elite de Renato Leite Marcondes e Marcos Ferreira de Andrade não auxiliaria no entendimento da elite porque o município emancipou-se na década final da escravidão e eram poucos os inventários que possuíam a categoria de escravos.

O critério de definição de Alexandre Macchione Saes e Antoniel Avelino Filho, de somar toda a riqueza e selecionar, dentro dessa riqueza, os documentos que, somados, representavam um terço do total das fortunas, não serviria para o caso varginhense porque, ao somar o valor de todas as riquezas dos inventários para Varginha, a terça parte representaria um valor que englobaria poucos documentos, menos do que o conjunto de inventários que compõem a elite agrária varginhense.

No caso do critério utilizado por Piketty, é preciso que compreendamos a imprecisão que pode marcar as análises sobre determinada elite quando trabalha-se com uma porcentagem pequena de pessoas dentro do total. Entretanto, o objetivo nesta seção é o de entender a composição da riqueza de uma minoria que diferenciava-se da maioria, e não faria sentido desenvolver um estudo baseado em faixas de riqueza, para entendimento dos 40% do meio ou dos 50% da base da população, como fez o autor.

Para o entendimento do que vem a ser elite numa sociedade, é preciso também levar em conta os dados e informações próprios daquela sociedade. Dentro da amostra total de inventários varginhenses, foram encontrados patrimônios que foram desde 4,34 libras³⁹ (aproximadamente 65

³⁸ Idem.

³⁹ A amostra de inventários varginhenses é composta por 275 documentos que vão de 1882 até 1920 e as riquezas que possuíam os inventariados eram bastante variadas. Dessa forma, para definir elite, seria preciso comparar os valores das riquezas desses documentos no tempo, sendo necessária a utilização de algum método para retirar a inflação dos valores. No período de 1882 até 1920, acontecimentos políticos e econômicos marcaram a economia brasileira, dentre outros, a política dos governadores e o encilhamento. Este último gerou distorções para o sistema financeiro nacional e o Brasil viveu uma época de surto inflacionário. Assim, utilizou-

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

mil réis), caso de uma falecida do ano de 1911, Marianna Marphisa de Jesus, até o valor do monte-mor do barão de Lavras, falecido em 1899 cuja riqueza foi de 41.569,25 libras⁴⁰ (cerca de 444 contos de réis).

Dada a disparidade das riquezas, os valores do monte-mor de todos os inventariados foram organizados num gráfico de dispersão. Por meio do gráfico é possível entender que havia grande concentração de riqueza em Varginha. Abaixo de 5.000 libras esterlinas (aproximadamente 50 contos de réis) se concentrava a grande maioria dos documentos, separada de alguns inventários dispersos pelo gráfico.

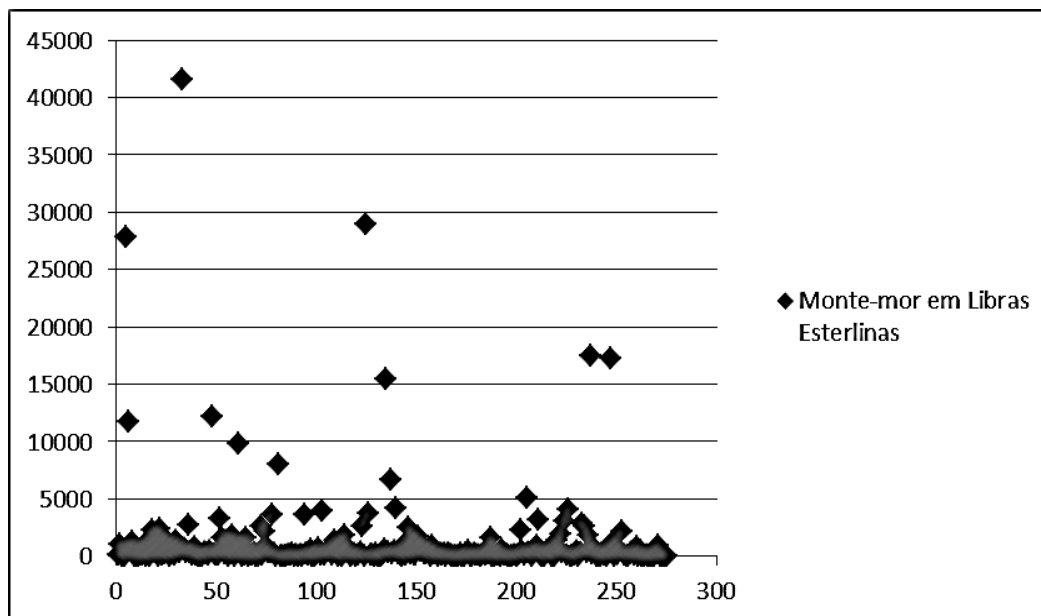
Por meio do gráfico, definiu-se elite como os inventariados cujos valores de patrimônio encontravam-se dispersos, separados da massa da população.

É possível pensar, pela observação do gráfico, em três divisões da população: primeiro, nota-se a elite dispersa; segundo, parte da população com patrimônio inferior a 5.000 libras (cerca de 50 contos de réis); e, por último, parte da população que não realizava inventários de bens.

se como método para deflacionar os valores das riquezas do conjunto de inventários a transformação dos réis em libras esterlinas. Apesar dos acontecimentos políticos e econômicos aos quais o Brasil passou na época, a libra foi a moeda que melhor cobriu o período de análise sem sofrer grandes alterações de valor. Esse método já foi utilizado por muitos autores. Dentre outros, cf.: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial*: Rio de Janeiro, 1790-1888. Rio de Janeiro, 1990. Tese (Doutorado em História) – ICHF/Universidade Federal Fluminense.

⁴⁰ Sobre a questão de valores nos inventários *post-mortem*, cf.: COSTA, Fernando Alves da. E quanto valia, afinal? O problema dos preços nos inventários *post-mortem* do século XIX. *História, Revista on line do Arquivo Histórico do Estado de São Paulo*. n.60, ano 9, dez. 2013.

Gráfico 1. O monte-mor dos inventariados do município de Varginha (em libras esterlinas) entre 1882 e 1920



Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* presentes no AJCV.

Considerando o gráfico elaborado, elite engloba os inventários, em ordem decrescente de riqueza em libras esterlinas, das seguintes personagens, descritas na tabela abaixo:

Tabela 2. Lista dos inventariados da elite agrária do município de Varginha (com monte-mor em ordem decrescente de valor, em libras esterlinas)⁴¹

INVENTARIADO (A)	Ano do processo	Monte-mor em contos de réis	Taxa de câmbio do ano	Monte-mor em libras
barão de Lavras	1889	377:240\$925	9075	41.569,25
Matheus Tavares da Silva	1905	444:273\$764	15314	29.010,95
Joana Maria de Jesus	1883	310:480\$640	11136	27.880,80
Joaquim Octaviano Mendes	1918	327:192\$600	18656	17.538,20
Antônio Justiniano dos Reis	1919	320:938\$666	18562	17.290,10
Gabriel dos Reis Silva	1907	244:888\$370	15889	15.412,45
Francisca de Oliveira	1892	243:607\$533	20040	12.156,06
Gabriel José Junqueira	1883	130:727\$999	11136	11.739,22
barão de Varginha	1895	238:190\$481	24272	9.813,38
Estevam Ribeiro de	1899	262:073\$380	32573	8.045,72
Silvestre Francisco de	1915	97:801\$042	19340	5.056,93
TOTAL				190.456,13

Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* da elite agrária, presentes no AJCV.

O valor em porcentagem da soma das riquezas da elite correspondeu a 55,70% da amostra, ou seja, apenas 11 inventariados concentravam mais de metade da riqueza total da amostra. Considerando o número de documentos, dentro do total de 275, a elite equivale a 4,00% do total.

Abaixo foi feita resumida descrição das personagens que compunham a elite agrária do município de Varginha na passagem para o século XX, considerando as riquezas em ordem decrescente⁴².

⁴¹ Dividindo o monte-mor em contos de réis pela taxa de câmbio anual, o valor encontrado é o correspondente em libras esterlinas. Vale ressaltar que a soma total foi realizada apenas em libras, já que esta moeda apresentava menores alterações que os réis ao longo do tempo.

⁴² Sobre detalhes da localização dos processos de inventários da elite agrária do município de Varginha (processos dispostos de acordo com a ordem decrescente do monte-mor em libras esterlinas):

barão de Lavras, 1889, AJCV, cx. 509, doc. n° 02.

Matheus Tavares da Silva, 1905, AJCV, cx. 598, doc. n° 23.

Joana Maria de Jesus, 1883, AJCV, informações não identificadas.

Joaquim Octaviano Mendes, 1918, AJCV, cx. 581, doc. n° 23.

Antônio Justiniano dos Reis, 1919, AJCV, cx. 517, doc. n° 69.

Gabriel dos Reis Silva, 1907, AJCV, cx. 509, doc. n° 11.

Francisca de Oliveira, 1892, AJCV, cx. 472, doc. n° 12.

Gabriel José Junqueira, 1883, AJCV, cx. 508, doc. n° 03.

barão de Varginha, 1895, AJCV, cx. 509, doc. n° 05.

Estevam Ribeiro de Resende, 1899, AJCV, cx. 295, doc. n° 07.

O processo do inventário de barão de Lavras (João Alves de Gouvêa) data de julho de 1889. O dono do maior monte-mor em libras esterlinas de nosso período de análise – e que fez parte do primeiro grupo de condutores do processo de formação do município de Varginha – quando faleceu, deixou sua esposa e requerente, a baronesa de Lavras, e quatro filhos.

Em 02 de dezembro de 1905 faleceu o major Matheus Tavares da Silva. O processo de inventário teve início no dia 26 do mesmo mês. Dos dois casais de filhos do major, um havia falecido; Marianna Leopoldina de Oliveira, esposa do major, também havia falecido e, sendo assim, a herança foi dividida entre o casal de filhos vivos e os netos por parte do casal de filhos falecidos. O requerente foi o genro de Matheus Tavares da Silva, esposo de sua filha mais velha.

Em outubro do ano de 1883 teve início o processo de inventário de Joana Maria de Jesus, cujo inventariante, João Gonsaga Branquinho, foi descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884 como empreendedor de obras para infraestrutura de Varginha⁴³. Dentre os filhos de Joana Maria de Jesus estava Marianna Clara de Gouvêa (baronesa de Lavras), que foi inventariante do marido, João Alves de Gouvêa (barão de Lavras) em 1889.

Joaquim Octaviano Mendes faleceu em Eloy Mendes no dia 10 de outubro de 1918, tendo se iniciado seu processo de inventário em 09 de novembro do mesmo ano. O tenente coronel deixou como herdeiros a esposa e inventariante, Helena Mendes, e dois filhos do extinto casal, meninos de 12 e 14 anos de idade.

Além da primeira relação familiar notada em nossa elite – a do barão de Lavras com Joana Maria de Jesus, porque o barão foi genro de Joana Maria de Jesus – outra relação familiar foi constatada: Antônio Justiniano dos Reis, coronel de Carmo da Cachoeira, faleceu em dezembro de 1918 e no fim de

Silvestre Francisco de Oliveira, 1915, AJCV, cx. 295, doc. n° 3.630.

⁴³ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, p. 182.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

janeiro de 1919 seu processo de inventário foi iniciado. Como herdeiros foram deixados sua viúva e inventariante, Idalina Elisa da Costa Reis e mais 12 filhos, com idades entre 15 e 35 anos. O coronel Antônio Justiniano dos Reis foi filho de outro membro da elite, o senhor Gabriel dos Reis Silva.

O processo de inventário de Gabriel dos Reis Silva teve início no ano de 1907. Ele deixou como herdeiros a esposa, Eliza Idalina dos Reis e mais três filhos, além de seis netos, filhos do finado filho de Gabriel dos Reis Silva. Seu inventariante foi o filho mais velho, Antônio Justiniano dos Reis que, na época, estava com 60 anos de idade.

Das demais personagens da elite, tem-se Francisca de Oliveira, cujo processo de inventário data de 04 de outubro de 1892. O requerente e seu esposo, Joaquim Antonio da Silva, foi vereador da Câmara Municipal de Varginha desde o final de 1882 até o ano de 1887, tendo feito parte do primeiro grupo condutor do processo de formação de Varginha. Como herdeiros, além do inventariante, foram deixados dois filhos.

O processo de inventário de Gabriel José Junqueira teve início em 02 de março de 1883. Como herdeiros foram deixados a esposa, Cláudia Bernardina Andrade, 13 filhos e os netos, filhos do finado filho de Gabriel José Junqueira.

Também fazia parte da elite o barão de Varginha, com inventário datado de 22 de junho de 1895. No processo de inventário do barão não foram identificados filhos, sendo herdeira apenas a viúva, baronesa de Varginha.

Em 26 de janeiro de 1889 faleceu Estavam Ribeiro de Resende, tendo se iniciado seu processo de inventário no dia 22 de abril do mesmo ano. A requerente dos bens foi sua esposa, Marianna dos Reis Resende. Como herdeiros foram deixados mais 10 filhos.

Finalmente, o último membro da elite agrária foi Silvestre Francisco de Oliveira. O processo de inventário teve início em 15 de janeiro de 1915, tendo sido inventariante Silvério Francisco de Oliveira, filho do inventariado. Além, foram deixados mais três herdeiros (uma filha e dois netos).

Vale frisar que das personagens da elite agrária, Matheus Tavares da Silva e João Alves de Gouvêa estiveram na Câmara de vereadores logo nos

anos iniciais de nascimento do município; Joaquim Antonio da Silva (o inventariante de Francisca de Oliveira) também participou do grupo de vereadores no início de formação do município. João Gonsaga Branquinho (requerente de Joana Maria de Jesus) auxiliou a cidade de Varginha em suas primeiras obras de infraestrutura. Tem-se, portanto, pessoas de altas posses que conduziram o município em seu processo inicial de formação e urbanização.

Destaca-se ainda, por meio da tabela descrita abaixo, a característica agrária da elite, que investia a maior parte da riqueza nos bens imóveis rurais:

Tabela 3. Investimentos nas categorias de bens presentes nos inventários *post-mortem* da elite agrária do município de Varginha (1882-1920)

CATEGORIA	% DO I
Bens Móveis	2,30%
Imóveis Rurais	48,42%
Imóveis Urbanos	4,42%
Culturas e	9,33%
Animais	4,72%
Escravos ⁴⁴	2,28%
Dinheiro	4,81%
Dívidas Ativas	23,72%
Monte-mor	100,00%
Dívidas Passivas	3,27%
Monte-partível	96,73%

Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* da elite agrária, presentes noAJCV.

I = investimento

⁴⁴Do período de 1880 a 1887 foi possível identificar a categoria de escravos dentre os inventários. Dos inventariados que possuíam tal categoria, o valor da riqueza aplicada nos escravos era menor apenas que o investimento nos bens imóveis rurais, devido, inclusive, o preço destes últimos. Vale mencionar a grande importância da categoria de escravos para a formação do patrimônio dos moradores que possuíam a categoria, ainda que o município tenha se emancipado na década final da escravidão. Para mais detalhes, cf. FERREIRA, Natânia Silva. “Estrutura de Riqueza em Varginha, Minas Gerais (1880-1888) – A importância dos escravos para a composição do Patrimônio”. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História. Anais do evento*. Florianópolis: Anpuh, 2015.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

As três características da elite podem ser novamente acentuadas: a elite esteve presente no processo de formação do município, estando, principalmente, na Câmara de vereadores, pensando nos projetos e leis referentes ao crescimento e urbanização de Varginha; a elite era formada por um grupo de pessoas que possuía altas riquezas, em comparação com a maioria da população; e, a elite era agrária, pois investia a maior parte de sua riqueza nos imóveis rurais.

Dentro da elite agrária do município de Varginha, a seção abaixo abordará a análise da composição das riquezas e opções de investimentos de dois membros da família dos Reis, pai e filho, falecidos, respectivamente, em 1907 e 1918.

Entre pai e filho: a riqueza em duas gerações da família dos Reis

O distrito de Carmo de Cachoeira emancipou-se de Varginha no ano de 1938. Antes de possuir autonomia municipal, estava condicionado à municipalidade responsável, ou seja, a de Varginha, como pode ser visto por meio de uma passagem da ata da reunião da Câmara de vereadores de 23 de dezembro de 1913, em que:

Pelo vereador senhor Capitão Rebello da Cunha foi apresentado um projecto de lei que autoriza o Senhor Agente Executivo a despender pela verba do districto do Carmo da Cachoeira a quantia de 2:000\$000 [dois contos de réis] para auxilio da abertura de um caminho de utilidade pública (...) ⁴⁵.

O que demandava Carmo da Cachoeira precisava passar pelas reuniões de vereadores em Varginha. Em 13 de setembro de 1915, por exemplo, “(...) foi apresentado um projecto que autorisa o Presidente da Câmara despender até a quantia de 700\$000 setecentos mil reis para melhoramentos da agua potavel do Carmo da Cachoeira (...)” ⁴⁶.

⁴⁵ ACMV, 1913, fl. 65.

⁴⁶ ACMV, 1915, p. 10.

Os inventários de moradores do distrito pertenciam à Comarca de Varginha, bem como os imóveis do distrito eram registrados no cartório existente na cidade de Varginha.

Dentro da elite agrária do município, Gabriel dos Reis Silva e coronel Antônio Justiniano dos Reis eram os únicos membros de Carmo da Cachoeira; do distrito de Pontal, a personagem da elite agrária era Joaquim Octaviano Mendes.

O coronel Antônio Justiniano dos Reis vinha de uma família de grandes investimentos em imóveis rurais, como pode ser visto na tabela abaixo, que mostra a riqueza de pai e filho:

Tabela 4. Comparação dos investimentos de Gabriel dos Reis Silvae Antônio Justiniano dos Reis

Categoria	Gabriel dos Reis Silva	Antônio Justiniano dos Reis
Bens Móveis	0,37%	0,09%
Imóveis Rurais	44,85%	70,43%
Imóveis Urbanos	1,23%	1,25%
Culturas e	2,61%	3,99%
Animais	8,92%	3,60%
Dinheiro	4,79%	0,00%
Dívidas Ativas	37,23%	20,65%
Monte-mor	100,00%	100,00%
Dívidas Passivas	2,41%	0,00%
Monte-partível	97,59%	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* de Antônio Justiniano dos Reis e Gabriel dos Reis Silva, presentes no AJCV.

Pode-se notar que os investimentos de pai e filho eram bastante parecidos: nos móveis, o investimento de ambos não chegava a meio por cento da riqueza total; o maior investimento dos dois inventariados estava na categoria de bens imóveis rurais; o investimento nos imóveis urbanos era praticamente idêntico nos dois processos; em culturas e mantimentos, investia-

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

se menos de quatro por cento nos dois casos; as dívidas ativas representavam o segundo maior investimento dos dois inventariados.

Em relação à composição das riquezas, serão analisados por último os bens imóveis rurais, por serem os que apresentaram maiores investimentos.

Na categoria de bens móveis do processo de inventário de Gabriel dos Reis Silva foram descritos utensílios de casa, tais como mesas, cadeiras, armários, um relógio de parede e quatro carros, dentre outros. No caso do coronel Antônio Justiniano dos Reis foram descritos apenas dois carros de bois, no valor total de trezentos mil réis⁴⁷.

A tabela abaixo mostra a quantidade de animais presentes em cada documento:

⁴⁷ Foi utilizada a libra esterlina para a definição dos documentos que comporiam a elite agrária devido a menor variação que esta moeda apresentava em relação aos réis, já que foi necessária comparação de valores ao longo do tempo. Nesta seção, em que as análises feitas envolvem duas das personagens da elite, os componentes das riquezas de ambos podem ser descritos em réis porquetem-se a noção do total do monte-mor de cada um dos inventariados, bem como as porcentagens dos patrimônios dos dois.

Tabela 5. Número de animais presentes nos processos de inventários de Gabriel dos Reis Silva e Antônio Justiniano dos Reis

ESPÉCIES	Quantidades	
	PAI	FILHO
Porcos	28	0
Éguas com cria	7	0
Éguas	1	0
Bezerros	0	56
Garrotes	0	50
Novilhas e vacas	0	24
Novilhos	174	0
Bois de carro	61	24
Vacas com cria	32	0
Vacas	87	22
Vacas de corte	5	0
Cavalos	9	7
Burros	11	2
Touro	17	1
Bois	1	1
Besta	3	1
TOTAL	436	188

Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* de Antônio Justiniano dos Reis e Gabriel dos Reis Silva, presentes no AJCV.

Os animais representavam pouco do monte-mor do filho, Antônio Justiniano dos Reis, e um pouco mais do monte-mor do pai, Gabriel dos Reis Silva, como nos mostrou a tabela 4. Fazia parte do espólio de bens de Gabriel dos Reis Silva mais da metade dos animais que possuía o filho. É possível inferir que a maioria dos animais, embora não todos, servissem para comercialização e exportação.

Em relação às criações de animais no Sul de Minas Gerais, Veiga escreveu em seu Almanach para 1874 sobre gado vacum, lanígero e suíno. A respeito do gado vacum, Veiga alegou que constituía-se num importante ramo de exportação no Sul de Minas. “Sua criação é próspera em todos os municípios, e particularmente nos de Alfenas, Passos, S. Sebastião do Paraíso, Caldas, Tres Pontas e Dôres da Boa Esperança”. Segundo Veiga, a exportação

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

anual do gado sul-mineiro que seguia para o Rio de Janeiro e São Paulo era de 4.000:000\$000, equivalendo a 70 mil cabeças⁴⁸.

Sobre gado lanígero, escreveu Veiga que “existe em todos os municípios do sul e orça por 10,000 o numero de cabeças annualmente exportadas”. Sobre suínos, Veiga também afirmou que eram criados em todos os municípios do Sul mineiro, sendo sua exportação não inferior a 30 mil cabeças, na importância de 1.000:000\$000⁴⁹.

No início do século XX, época de falecimento de nossas personagens, a dinâmica socioeconômica do Sul de Minas era um pouco diferente, com a emancipação e desenvolvimento de novos municípios. Assim, dos animais existentes nos documentos da elite agrária e das personagens de destaque, acredita-se que determinada parte servia para comercialização local e exportação.

Dentro da categoria de imóveis urbanos de Gabriel dos Reis Silva, foi contabilizada apenas uma casa no Largo da Matriz, com todos os móveis e quintal, no valor de três contos de réis. No caso do filho, Antônio Justiniano dos Reis, foi contabilizada também apenas uma casa, situada no distrito de Carmo da Cachoeira, no valor de quatro contos de réis.

Na categoria dinheiro, o inventário de Gabriel dos Reis Silva apresentava uma porcentagem pequena que, em réis, equivalia a pouco mais de onze contos. Já no processo do coronel Antônio Justiniano dos Reis não havia a categoria.

Segundo Luciana Suarez Lopes, a categoria de dinheiro referia-se ao arrolamento de algum bem do espólio para manutenção da família do falecido enquanto o processo de inventário estava acontecendo; ou dizia respeito a

⁴⁸ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, pp. 31-32.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 32.

bens que, por serem perecíveis, poderiam deteriorar-se, caso os envolvidos esperassem a conclusão do inventário para vendê-los⁵⁰.

No caso da categoria de dívidas, as ativas de Gabriel dos Reis Silva equivaliam a 69 apólices da dívida pública, que totalizaram cerca de 72% do total do investimento na categoria. Seu filho possuía apenas apólices da dívida pública nas dívidas ativas (sem os juros, cada apólice valia um conto de réis).

Antônio Justiniano dos Reis não possuía dívidas passivas e, no caso de seu pai, o documento não mostrava identificação, apenas o total, que equivalia a cerca de 2,40% do monte-mor.

Os imóveis rurais representavam 45,85% do monte-mor do pai e, juntamente com as culturas e mantimentos, chegavam a cerca de 47,50% do total do patrimônio. No caso do filho, os imóveis rurais representavam 70,43% do monte-mor e, juntamente com as culturas e mantimentos, chegavam a aproximadamente 75,50%.

Dentre os imóveis de Gabriel dos Reis Silva estavam 9 casas e um terreno. A de maior preço, situada em Carmo da Cachoeira, valia 1:300\$000. Havia outra casa com valor parecido, de 1:250\$000, situada em Três Corações, município vizinho de Varginha. As demais casas possuíam preços iguais ou inferiores a 300\$000.

No caso das casas no espaço rural do filho foram identificadas quatro, sendo uma delas no valor de 10:000\$000, situada no distrito de Carmo da Cachoeira, com quintal, benfeitorias, paiol e monjolo. As demais casas valiam bem menos: uma contabilizada em 200\$000, outra no valor de 230\$000 e mais uma avaliada em 400\$000.

A maior parte dos imóveis rurais estava nas extensões de terras, localizadas nas regiões de Carmo da Cachoeira, Varginha e Três Pontas. Em alqueires, as terras do coronel correspondiam a uma extensão de 1.369,50

⁵⁰LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião: A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto 1849-1900*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 64.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

alqueires, sendo 37 deles com café, a única cultura identificada no inventário. As terras de Gabriel dos Reis Silva somavam 1.295,50 alqueires, sendo apenas 14 deles com café. A grande maioria dos alqueires de terras eram de pastos, matos e terras virgens.

Entretanto, o café estava presente em outras formas no inventário do pai: Gabriel dos Reis Silva possuía 650 arrobas de café, 42 sacas de café em coco, mais 600 arrobas de café. Além disso, a personagem possuía mais 27 carros de milho como mantimento.

As duas gerações da família dos Reis aqui analisadas possuíam uma característica primordial dos coronéis, nos moldes do que escreveu Victor Nunes Leal. A grande parte da riqueza dos coronéis estava nas extensões de terras virgens. “Essa ascendência resulta muito naturalmente de sua qualidade de proprietário rural”⁵¹.

Nas demais fontes primárias desta pesquisa (atas da Câmara Municipal de Varginha, Almanach Sul-Mineiro e livros de memorialistas) não foram encontradas informações a respeito da atuação política de Antônio Justiniano dos Reis ou de seu pai em Varginha ou no distrito de Carmo da Cachoeira, mas de acordo com os valores de suas riquezas e com a titulação política de coronel, de Antônio Justiniano dos Reis, acredita-se que tanto ele como seu pai e demais familiares foram importantes para o crescimento do distrito.

⁵¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto* – o município e o regime representativo no Brasil. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 46.

Considerações Finais

O município de Varginha emancipou-se do vizinho, Três Pontas, no fim do século XIX, no ano de 1882. A partir daquele ano, Varginha contaria com uma Câmara Municipalde vereadores e dois distritos, Pontal e Carmo da Cachoeira. A cada ano do período de 1882 a 1920, eram eleitos internamente, pelos próprios vereadores, quais seriam os vereadores que estariam à frente das demandas municipais.

Dentro da população do município, pode-se pensar em três divisões, considerando a amostra de 275 inventários: abaixo da amostra, existiam muitas famílias que não possuíam condições de realizar inventários de bens de seus entes falecidos; depois, foi possível contabilizar um número de famílias que possuía condições de realizar inventários de bens de seus membros; por fim, dentro da amostra de 275 documentos, havia poucas famílias com patrimônio bastante superior àquele das demais personagens da amostra: uma pequena parte dos inventariados (correspondentes a 11 processos) concentrava mais da metade da riqueza total da amostra (55,70%).

O que mais marcava a amostra de inventários, bem como a elite de Varginha, era sua característica de agrária, comum em localidades em formação, investir dinheiro, primeiramente, nos imóveis rurais, na terra.

Considerando a elite agrária do município, foi possível identificar duas relações familiares: a do barão de Lavras com Joana Maria de Jesus, porque o barão foi genro de Joana Maria de Jesus, e a de Gabriel dos Reis Silva com o coronel Antônio Justiniano dos Reis, pai e filho.

Foi possível notar que pai e filho alocavam riqueza em praticamente todas as categorias de bens dos inventários (Antônio Justiniano dos Reis não possuía investimento na categoria de dinheiro e não possuía dívidas passivas). Os investimentos de pai e filho eram parecidos na maioria das categorias: a de móveis era a que contava com os menores investimentos; na categoria de imóveis urbanos investiam-se porcentagens inferiores a 1,30%; em culturas e

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

mantimentos pai e filho investiam menos de 4,00% da riqueza; as dívidas ativas eram o segundo maior valor dentro do monte-mor dos dois; em primeiro lugar nos investimentos de pai e filho, estava a categoria de imóveis rurais.

Neste texto foram evidenciadas três peculiaridades da elite varginhense: a elite era o grupo condutor do município; a elite era uma minoria populacional de elevada riqueza; a elite investia sua riqueza, sobretudo, no campo. Das três características da elite varginhense, Gabriel dos Reis Silva e o coronel Antônio Justiniano dos Reis, pai e filho, possuíam duas que puderam ser conferidas por meio de fontes: os dois possuíam riquezas elevadas e a maioria de suas riquezas eram alocadas nos bens imóveis rurais.

O que foi deixado de herança para Antônio Justiniano dos Reis correspondeu a 1.926,55 libras (aproximadamente 25 contos de réis). Quando faleceu, em 1918, o monte mor de Antônio Justiniano dos Reis era de 17.290,10 libras esterlinas (cerca de 321 contos de réis). Quando o pai faleceu, em 1907, o filho já estava com 60 anos de idade e isto significa que grande parte de sua riqueza já havia sido construída.

Apesar de limitações que podem envolver os inventários *post-mortem* aos olhos dos pesquisadores atuais, é preciso enfatizar que são fontes que auxiliam no entendimento de diversas questões dos campos da História Social e da História Econômica: no caso deste artigo, serviram para a compreensão de análises sobre a composição de riquezas e opções de investimentos numa família da elite agrária do município de Varginha, pai e filho na família dos Reis, falecidos no início do século XX.

Recebido em: 22/03/2017
Aprovado em: 10/08/2017